



RELATÓRIO DE GESTÃO **2016** **a** **2017**

agosto/2016 a julho/2017 | 1º ANO



CAPESESP

www.capesesp.com.br

PALAVRAS DO PRESIDENTE



Assumir o desafio de administrar benefícios que interferem diretamente na saúde e qualidade de vida das pessoas, seja de imediato ou no futuro, não é uma tarefa fácil. Quando este desafio vem acompanhado de momentos de turbulência nos cenários político e econômico, com reflexos para toda a população, a empreitada é ainda mais desafiadora.

Estar à frente da CAPESESP neste primeiro ano foi um exercício constante de procurar soluções para as mais variadas situações, muitas das quais decorrentes de fatos passados. A principal delas foi o Programa de Saneamento Financeiro, exigência decorrente do Regime Especial de Direção Fiscal instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ainda na gestão anterior. Foram implantadas medidas duras, mas necessárias, para constituir as reservas financeiras que garantem a solvência do plano, conforme exigido pelo órgão fiscalizador (ANS).

Obviamente, as reações foram muitas e já esperadas, mas um dos pilares que norteia as práticas desta diretoria é a transparência com todos os nossos públicos: patrocinadores, associados, colaboradores e fornecedores. Entendemos que apenas desta forma, com verdade e clareza, é que conseguiremos suplantar os desafios assumidos. E assim foi feito em relação a todas as ações executadas neste primeiro ano de gestão. Com base nesse pilar, elaboramos este Relatório para expor os principais resultados obtidos.





DIRIGENTES

Diretoria-Executiva

Diretor-Presidente

João Paulo dos Reis Neto

Diretor Financeiro

Eduardo Inácio da Silva

Diretor de Administração

André Luiz de Araújo Crespo

Diretor de Previdência e Assistência

Enéas Gonzaga de Souza

CONSELHOS

Conselho Deliberativo

Titulares Eleitos

José Moacir Ramos da Silva [2016 - 2020]

Sérgio Antunes de Moraes [2016 - 2020]

Carlos Alberto de Almeida [2014 - 2018]

Titulares Designados

Sheila da Silva Rezende [2014 - 2018]

Carlos Luiz Barroso Júnior [2014 - 2018]

Elvira Medeiros Lyra [2016 - 2020]

Suplentes Eleitos

Gilberto Moreira [2016 - 2020]

Marluce Santos Cardoso [2016-2020]

Leonídia Laranjeira Fernandes [2014-2018]

Suplentes Designados

Maria Iônia Duarte Martins [2014 - 2018]

Joselias Ribeiro da Silva [2014 - 2018]

Duncker Soares Silva Junior [2016 - 2020]

Conselho Fiscal

Titulares Eleitos

Rosângela Barreto Marques de Oliveira [2016 - 2020]

Elenice Ramthum Arganaraz [2014 - 2018]

Titulares Designados

Brenilson Rodrigues Martins [2014 - 2018]

Valteir Lopes Pereira [2017 - 2020]

Suplentes Eleitos

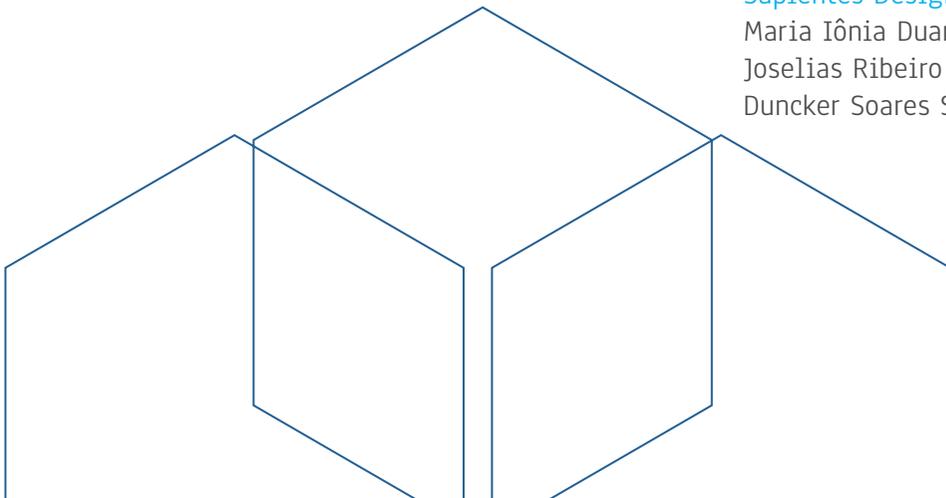
Celso Antonio Carvalho Piorski [2016 - 2020]

Wellinton Gonçalves Monteiro [2014-2018]

Suplentes Designados

Hélvio Francer de Moraes [2014-2018]

Luiz Fernando Reginado Sé [2017-2020]





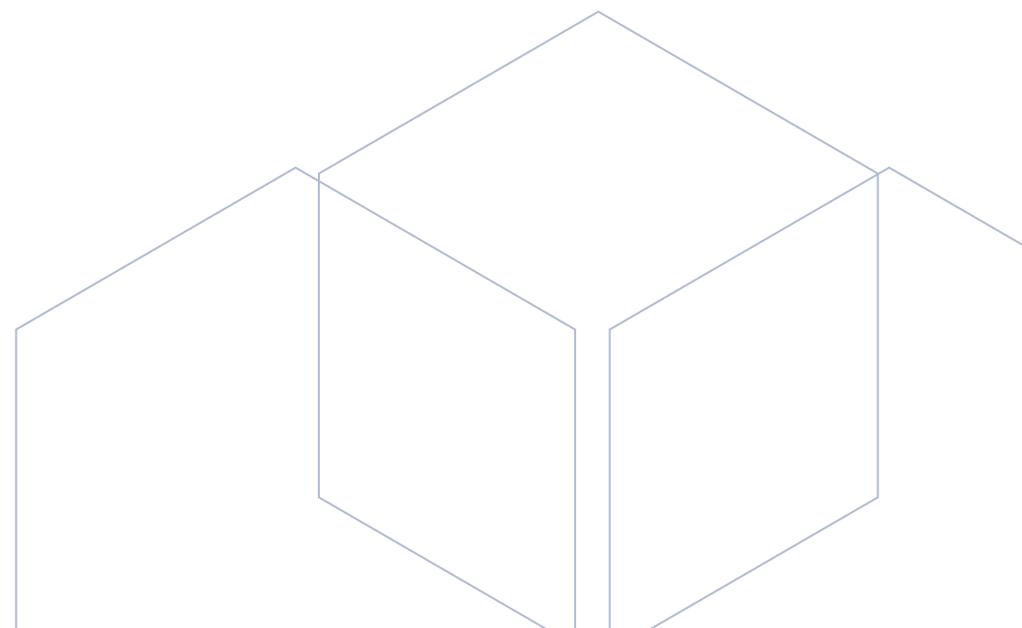
/capesespoficial

RELATÓRIO DE GESTÃO 16^a a 17

AGOSTO/2016 A JULHO/2017 | 1º ANO

SUMÁRIO

	<u>pág.</u>
PRESIDÊNCIA	08
1. ORGANOGRAMA	08
2. AÇÕES INSTITUCIONAIS	11
3. ESTRATÉGIAS E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	11
4. COMUNICAÇÃO COM OS ASSOCIADOS	12
5. JURÍDICO (ASSESSORIA JURÍDICA)	17
DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	18
1. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS	18
2. ATIVIDADES PREVIDENCIAIS	24
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	26
1. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO	27
2. RENTABILIDADE DE INVESTIMENTOS	30
3. RECUPERAÇÃO DE DÉBITOS	32
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	33
1. RECURSOS HUMANOS	34
2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	36
3. CADASTRO	37
4. LOGÍSTICA	39





CAPESESP



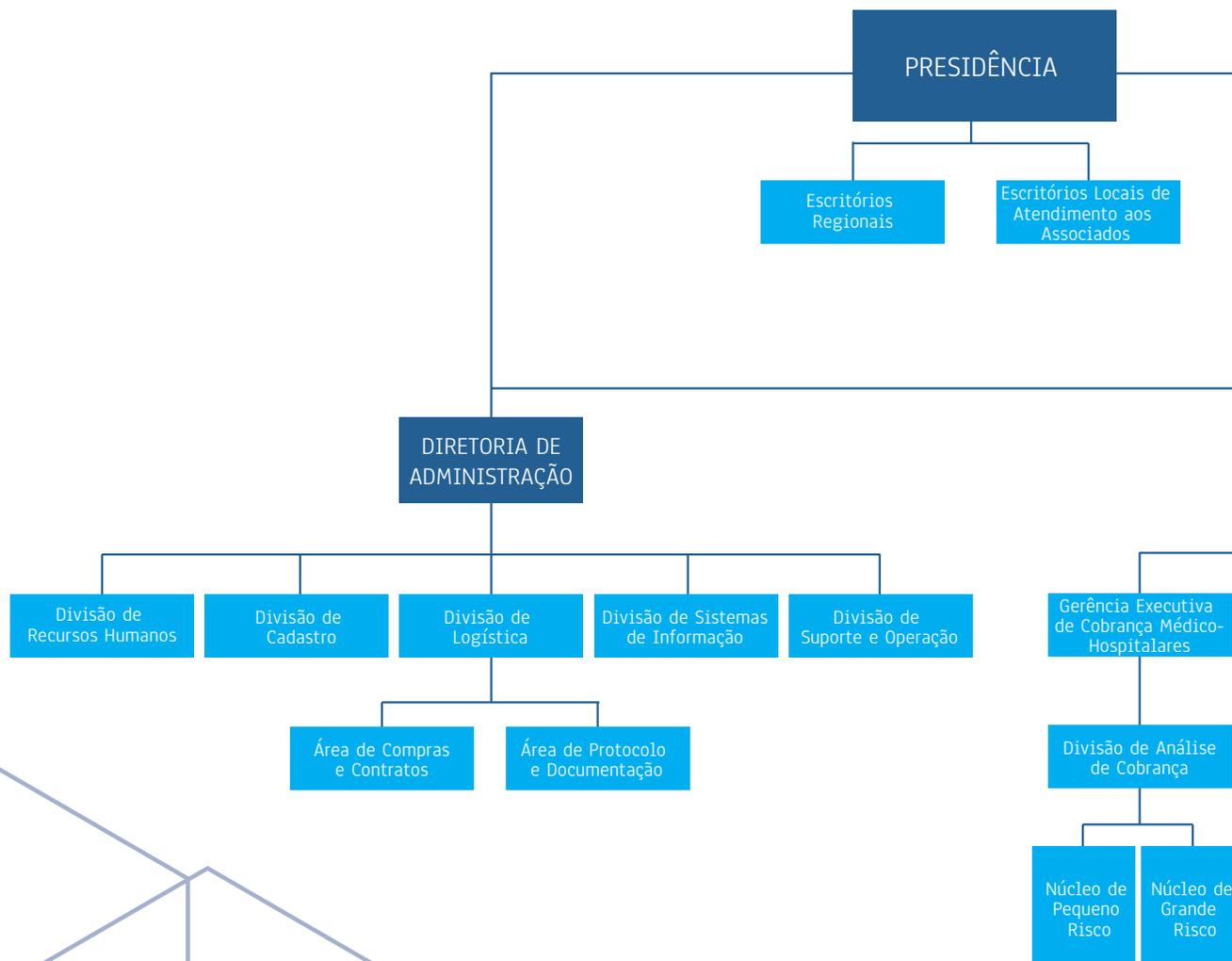


PRESIDÊNCIA

Aperfeiçoar a gestão juntamente com a implantação e desenvolvimento do Programa de Saneamento Financeiro. Este foi o primeiro grande desafio a ser superado na administração da CAPESESP.

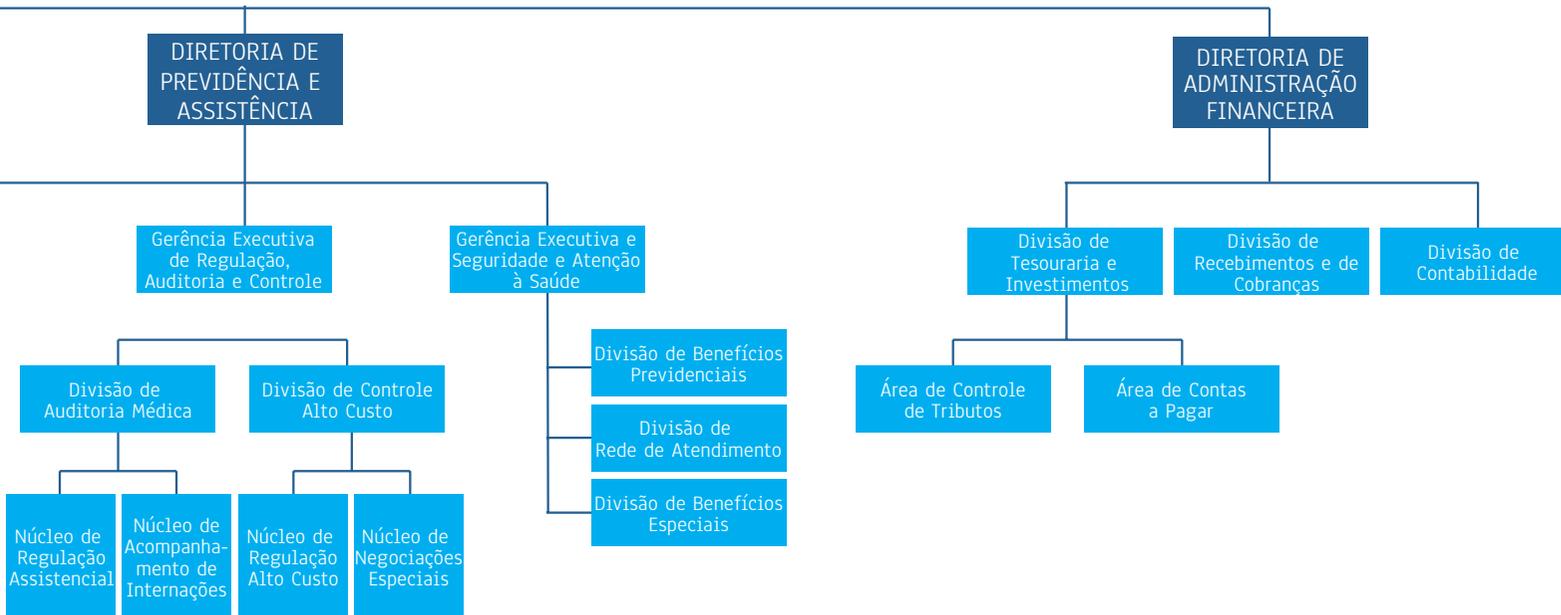
O planejamento para o primeiro ano da gestão visou principalmente o uso das informações disponíveis, de forma que esses dados contribuam na condução da Entidade e facilitem as tomadas de decisão.

Para isto, o organograma da CAPESESP foi ajustado, com o propósito de otimizar a gestão e integrar os negócios institucionais, conforme estrutura ao lado.





1. ORGANOGRAMA





A implantação e o desenvolvimento do Programa de Saneamento Financeiro impactou sobremaneira o primeiro ano de gestão. A constituição das reservas financeiras por parte das operadoras de planos de saúde foi determinada pela ANS em 2009. Desde então, a CAPESESP tomou todas as medidas necessárias no sentido cumprir a legislação. Entretanto, alguns fatores dificultaram sua formação:

- O CAPESAÚDE sempre foi um plano sem fins lucrativos, onde tudo o que se arrecadou foi revertido em benefício para os participantes do plano. O fundo formado se destinava à cobertura das despesas;
- A população assistida pelo CAPESAÚDE está envelhecendo e não há renovação etária dos associados, tendo em vista a escassez de novas contratações pelos patrocinadores. Geralmente, pessoas de faixas etárias mais elevadas demandam por mais serviços de saúde;
- A implantação sistemática de novas tecnologias tem se tornado uma grande aliada dos tratamentos médicos. Entretanto, rotineiramente, exames sofisticados, que têm substituído os exames clínicos, têm alta demanda e alto custo;
- A crise econômica no país provocou também o aumento da inadimplência de forma generalizada, atingindo também o CAPESAÚDE. A ausência da capacidade de pagamento acarretou na perda de parte do quadro de associados, mas não isentou o plano do pagamento das despesas já realizadas por esses beneficiários desligados.

Frente a esses desafios e com o estabelecimento na CAPESESP do Regime de Direção Fiscal pela ANS, o consequente Programa de Saneamento Financeiro (PSF) foi concebido para que as reservas fossem constituídas e se instaurasse na Entidade um ambiente favorável à manutenção da solvência financeira permanente do CAPESAÚDE.

A partir daí, todas as decisões da Diretoria-Executiva foram orientadas no sentido de cumprir o PSF, para garantir a continuidade do plano de saúde para os servidores e seus beneficiários.

O PSF foi entregue pela Diretoria-Executiva da CAPESEP à Diretora Fiscal designada pela ANS, em agosto de 2016, com três medidas principais aplicadas junto aos beneficiários, como se vê abaixo:

APORTE FINANCEIRO



REAJUSTES ANUAIS



NOVOS VALORES DE COPARTICIPAÇÃO



Além disso, estão em curso várias outras medidas de âmbito interno que vêm auxiliando na condução do PSF.

Todas as medidas apresentadas à ANS foram colocadas em prática e o Programa vem mantendo, até o momento, uma estabilidade que demonstra ser possível o alcance das metas projetadas até o final da sua vigência que são 36 meses. Essa perspectiva mostra a efetividade das propostas apresentadas para solução, até julho de 2019, de todos problemas econômico-financeiros existentes.



No site da CAPESESP foi criado um espaço específico para que os associados possam ter acesso a todas as informações atinentes à Direção Fiscal e ao Programa de Saneamento Financeiro – PSF:

(<https://servicos.capesesp.com.br/campanhas/psf/>).

2. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Com a função de assessorar diretamente o Diretor-Presidente no planejamento, organização, supervisão e controle das atividades administrativas da Entidade, o Gabinete da Presidência, também, auxiliou Diretoria-Executiva na implementação e acompanhamento de medidas destinadas ao aperfeiçoamento de programas, projetos e atividades em execução, principalmente o Programa de Saneamento Financeiro.

Face aos compromissos da agenda oficial do Diretor-Presidente, a Chefia de Gabinete o assessorou em audiências com Presidentes dos Patrocinadores, Sindicatos e Associações, bem como em outros eventos que serviram para apresentar as novas diretrizes da Entidade e também dar esclarecimentos sobre o PSF.

Internamente, atuou no repasse de informações e orientações do Diretor-Presidente aos demais Diretores, Gerentes dos Escritórios Regionais e das Unidades de Trabalho, zelando pelo seu efetivo cumprimento, além de acompanhar o desenvolvimento do trabalho dos Escritórios Regionais e Locais, Central de Relacionamento com os Associa-dos, Ouvidoria, Assessoria Jurídica, Comunicação Social e da Secretaria Geral da Presidência.

Já a Secretaria Geral da Presidência teve incremento em suas atividades em decorrência da mudança dos gestores que assumiram o mandato em 29/07/2017 e pela criação das assessorias ligadas diretamente à Presidência. Além disso, manteve seu assessoramento aos Órgãos Colegiados (Diretoria-Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal) e ao Comitê de Investimentos, inclusive em questões relacionadas às reuniões.

Dessas reuniões, resultaram os registros das deliberações, resoluções e demais ocorrências, com a lavratura das respectivas atas, que totalizaram 123 documentos no período, sendo cinco relacionadas a encontros com representantes sindicais.

Com a posse dos novos gestores, foram necessárias as atualizações cadastrais, com envio de diversas documentações à Agência Nacional de Saúde Suplementar e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Além disso, foram registrados os Termos Prorrogação e de Encerramento de Mandatos, bem Termos/Atas de Posse no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro, atribuições vinculadas a essa Divisão.

Os profissionais, além de executarem suas tarefas administrativas, atuaram diretamente para obtenção das habilitações e certificações dos Diretores, Conselheiros e outros Gestores, visando atender à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

3. ESTRATÉGIAS E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Diariamente, o sistema informatizado da CAPESESP produz uma grande quantidade de dados, que traduzem não só o dia a dia da Entidade, como também fornecem informações valiosas para a tomada de decisão. Obviamente, o uso desses dados é recorrente e, para aperfeiçoar sua gestão, foi criada a Assessoria de Estratégias e Informações Institucionais – AEI, em fevereiro de 2017, que possui três grandes áreas de atuação:

- Atenção à Saúde – responsável pela realização de pesquisas e estudos epidemiológicos, acompanhamento dos programas de promoção da saúde e prevenção de complicações das doenças, elaboração de diretrizes médicas para apoio da Diretoria de Previdência e Assistência e estudos de temas ligados à medicina baseada em evidências.
- Inteligência do Negócio – voltada para estudos analíticos e regramentos sistêmicos que permitam identificar e combater fraudes e desperdícios, realizar estudos e produzir indicadores de acompanhamento da Entidade, especialmente do uso do plano de saúde.
- Qualificação, Excelência e Processos – desenvolvimento de atividades ligadas à qualificação e à busca pela excelência dos serviços, mapeamento e otimização dos processos.

Com relação aos serviços vinculados à área de atenção à saúde, esses compreenderam a realização de estudos, participação em eventos científicos, produção técnico científica e outras atividades. Merece destaque a realização da **Pesquisa sobre o Perfil Epidemiológico**, cujo objetivo principal foi de conhecer melhor o perfil de saúde dos beneficiários do CAPESAÚDE, seus fatores de risco, doenças e os hábitos de vida, e assim programar e melhorar as ações preventivas e de promoção à saúde, bem como realizar um melhor dimensionamento da rede credenciada.

A participação em cerca de dez eventos científicos manteve a equipe atualizada pelas melhores práticas assistenciais na saúde e permitiu, associado à reformulação da ferramenta de inteligência do negócio, realizar, até o momento, três estudos, que serão apresentados em eventos no Brasil e no Exterior, de economia da saúde.

Ainda relativas à atenção à saúde, foram realizadas outras atividades, a saber:

- Estratificação de risco populacional e seleção de casos para o Gerenciamento de Doenças Crônicas - GDC, com criação de módulo no sistema informatizado específico para dar suporte ao acompanhamento com equipe interna e não mais terceirizada como vinha sendo feito anteriormente;
- Reavaliação e acompanhamento dos programas de saúde, cadastrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- Avaliação técnica de todos os pedidos de medicamentos especiais e de alto custo;
- Análise dos dados que permitiram a reformulação do programa Auxílio Medicamento de Uso Contínuo (AMUC) visando a redução de custos e possibilidade de ampliação do acesso ao benefício;
- Geração de sistemas para atendimento de demandas específicas das diversas áreas;
- Análise prévia de materiais produzidos pela Assessoria de Comunicação envolvendo a área médica.

Em decorrência da instituição desta Assessoria, a CAPESESP adquiriu uma ferramenta de *Business Intelligence* (B.I.), capaz de auxiliar nos estudos analíticos e de regramentos sistêmicos, que foram condensados em um Caderno de Informações, já disponível para consulta interna. Um exemplo de estudo apoiado por informações extraídas a partir do BI foi finalizado em novembro/2016, onde avaliamos o perfil epidemiológico de beneficiários que ingressaram e que foram desligados do Plano. A partir dessas análises a Diretoria-Executiva definiu estratégias para reter associados e buscar novos participantes.

Visando o aumento da produtividade, foram analisados os processos e sistemas de algumas áreas de negócio da CAPESESP e criada a Divisão de Controles Internos, para desenvolver um conjunto de regramen-

tos, procedimentos e rotinas, destinados a detectar os riscos e fornecer segurança necessária para que os objetivos da Entidade sejam alcançados.

4. COMUNICAÇÃO COM OS ASSOCIADOS

Como já foi dito anteriormente, um dos pilares da atual Diretoria da CAPESESP é a transparência. No entendimento dos atuais gestores, de nada adianta ter uma administração baseada neste princípio se suas ações e resultados não forem devida e corretamente comunicados aos nossos públicos de relacionamento. Por esta razão, foi feito, e continua em andamento, o incremento das ações de comunicação, utilizando os meios mais efetivos, levando-se sempre em conta a relação custo x benefício.

Dentro desse cenário, há cinco áreas que cuidam efetivamente desta atividade: Assessoria de Comunicação Social, Central de Relacionamento com os Associados, Ouvidoria e Escritórios Regionais e Locais de Atendimento aos associados.

4.1. Comunicação Social

Em relação à Comunicação Social, houve o redirecionamento das ações, com substancial aumento e diversificação das atividades e meios de fazer chegar a mensagem até os associados.

A seguir, algumas das medidas adotadas:

4.1.1 POLÍTICA E PLANO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA DA CAPESESP E INSERÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Trata-se de documento elaborado em setembro de 2016 para estabelecer as diretrizes dos procedimentos e processos de comunicação na CAPESESP, contendo as ações propostas para o fluxo de trabalho, bem como agentes responsáveis por seu desenvolvimento. Seu objetivo fundamental foi o de tornar a comunicação com os associados mais ágil, utilizando linguagem didática e, na medida do possível, com visualização gráfica.

Com a realidade da comunicação virtual e o acesso cada vez mais fácil à internet, a interlocução da CAPESESP com seus públicos também precisa passar por este caminho, para que suas informações sejam cada vez mais transparentes e democráticas.

Uma das ferramentas utilizadas para alcance desses objetivos foi o planejamento de comunicação em mídias sociais, iniciado em novembro/2016, com destaque para a criação de canais da CAPESESP no *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e *Instagram*, bem como a gestão do uso dessas redes sociais.

4.1.2 ATUALIZAÇÃO DA PÁGINA DA CAPESESP NA INTERNET (WWW.CAPESESP.COM.BR)

O site da CAPESESP é uma importante ferramenta de comunicação com os participantes e com a rede credenciada de prestadores de serviço. Nele é possível o acesso a todas as informações institucionais e, ainda, por meio da área restrita, são disponibilizadas informações individualizadas aos beneficiários e aos prestadores de serviço.

Sempre que necessário, o site da CAPESESP é otimizado, sendo que no último ano foram agregadas as seguintes informações:

- Hotsite Programa de Saneamento Financeiro;
- Comparativo do preço do CAPESAÚDE com outros planos;
- Simulador de coparticipações;
- Série “Entendendo seu Plano de Saúde”, com quatro cartilhas e vídeos, contendo temas de interesse relevante para os associados.

4.1.3 PERIÓDICO IMPRESSO – CONEXÃO

Ainda visando proporcionar aos associados da CAPESESP acesso irrestrito à informação, a atual gestão decidiu enviar, a cada trimestre, um periódico impresso para a residência dos associados titulares, contendo relevantes temas institucionais e de caráter geral.

Apesar de ter um custo maior frente à comunicação virtual, essa iniciativa aproxima a CAPESESP daqueles beneficiários que não possuem facilidade de acesso ou familiaridade com a mídia digital.

Já foram impressas 3 edições, com 36 mil exemplares e os resultados se mostraram bastante satisfatórios.

Edição 28:
outubro/novembro/dezembro
• 2016 •



Edição 29:
janeiro/fevereiro/março
• 2017 •



Edição 30:
abril/maio/junho
• 2017 •



4.1.4 SÉRIE DE LIVRETOS “ENTENDENDO SEU PLANO DE SAÚDE”

Já em decorrência das diretrizes da Política de Comunicação foram selecionados temas relevantes e elaboradas cartilhas, disponíveis no site da CAPESESP, para facilitar a compreensão dos beneficiários sobre os assuntos destacados, com a utilização de recursos de ilustração, como infográficos, que ajudam no entendimento.

Em agosto de 2016, o tema foi *Entendendo o Reajuste do CAPESAÚDE*; em novembro de 2016, *Programa de Saneamento Financeiro*.

Já em março de 2017, foi apresentado aos beneficiários o livreto *Utilizando bem os Recursos do CAPESAÚDE* e, em maio de 2017, foram repassadas informações sobre *Fraudes contra o CAPESAÚDE*.

As cartilhas também foram enviadas por e-mail e os associados receberam mensagens eletrônicas com convite para acessar o livreto no site da CAPESESP.

4.1.5 VÍDEOS EXPLICATIVOS E CARTAZES

Para cada uma das cartilhas acima, é editado um pequeno vídeo, facilitando, ainda mais, o acesso à mensagem do livreto. Foram elaborados cartazes, com um resumo do exposto nas cartilhas, para serem afixados em locais de grande circulação de servidores, nos Escritórios Regionais e nos Patrocinadores.

Um vídeo específico sobre o Programa de Saneamento Financeiro foi elaborado pelo Dire-

tor-Presidente da CAPESESP, visando melhor esclarecer para os associados a necessidade de seu cumprimento e cada uma das medidas nele estabelecidas.

4.1.6 VÍDEO INSTITUCIONAL

Recentemente finalizado, o vídeo institucional foi elaborado com o intuito de mostrar a importância da CAPESESP e como ela se destaca no cenário atual, tanto em relação aos seus Planos Previdenciais e de Pecúlios, como no Assistencial.

4.2 Relacionamento com os Associados

Para a comunicação direta com associados e rede credenciada, a CAPESESP conta com a Central de Relacionamento com os Associados - CRA, sendo este o canal mais utilizado por eles. A CRA utiliza além do telefone, os recursos de chat e e-mails. A área é dividida em três setores: atendimentos gerais, liberação de senhas e cobertura administrativa e suporte ao atendimento.

É importante notar, que dadas as especificidades do tipo de atendimento prestado, onde, apesar da padronização adotada, podem haver desdobramentos relativos à condição de cada beneficiário, nem sempre é possível que os contatos sejam rápidos. Apesar desse fato gerar reclamações de quem está em fila de espera, o atendimento precisa ser personalizado.

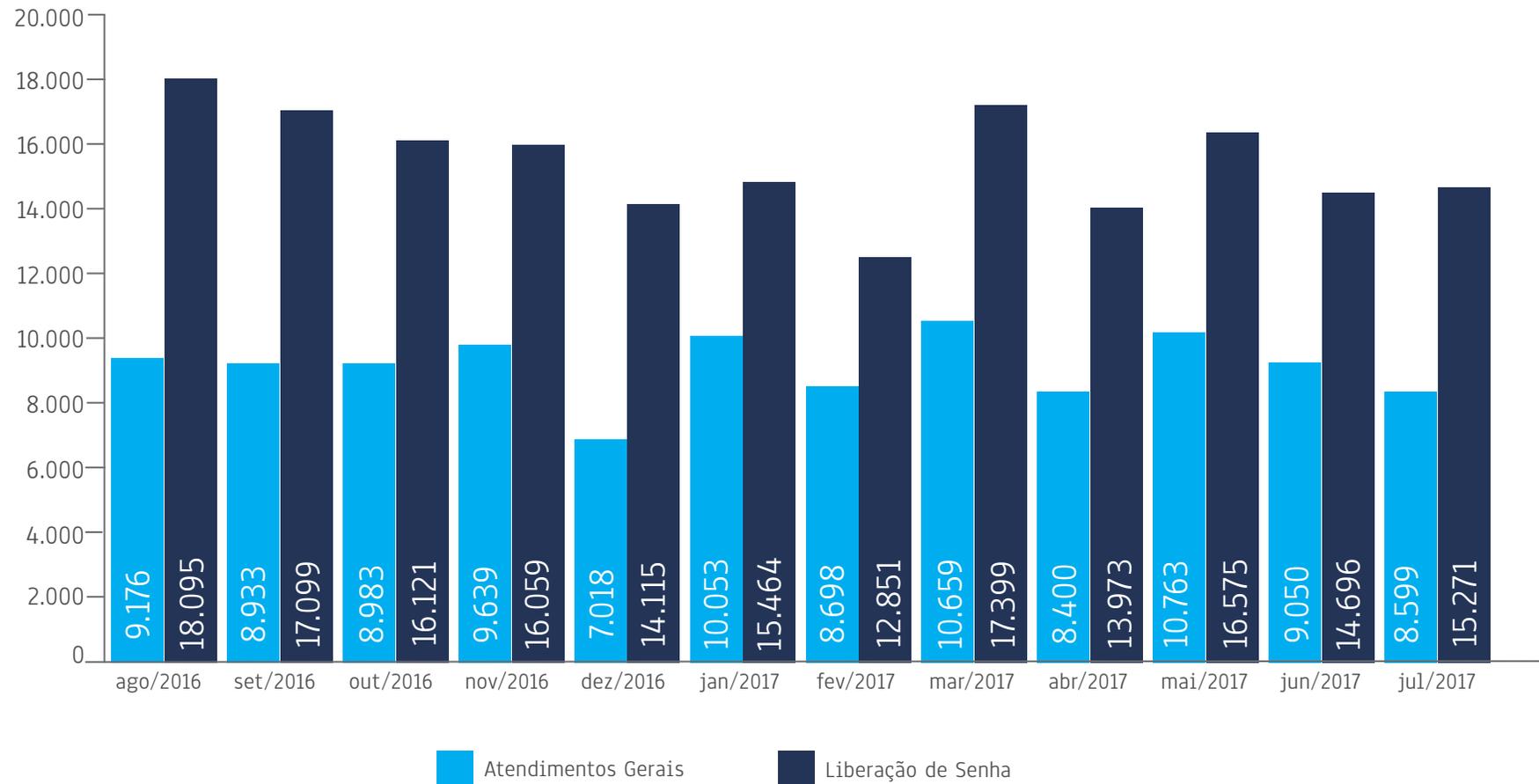
Entretanto, mesmo havendo justificativa, não pode haver acomodação. Assim, esta gestão realizou estudos para melhorar e diminuir o tempo

de espera e, dentro em breve, será disponibilizada uma nova Unidade de Resposta Audível - URA (que é a gravação que inicia o atendimento), contendo outras opções de demandas que tornam o trabalho mais ágil.

Na página seguinte, temos os números relativos aos atendimentos realizados nos últimos 12 meses.

TOTAL DE ATENDIMENTOS

297.689





4.3 Unidades Regionais e Locais de Atendimento

Outro importante ponto de contato com associados e rede credenciada, os Escritórios Regionais e Locais estão em 25 (vinte e cinco) Estados e no Distrito Federal e em 2 (dois) municípios (Campina Grande/PB e Montes Claros/MG). Sua atuação torna possível uma relação mais próxima com os associados, por meio de atendimento pessoal e telefônico.

4.4 Ouvidoria

Canal de atendimento aos associados, em última instância, a Ouvidoria atua em conformidade com as normas vigentes, estabelecidas pela ANS, e também buscando ouvir e atender o beneficiário em sua necessidade. Com isso, cada contato pode gerar oportunidades de melhorias nos serviços prestados pela Entidade.

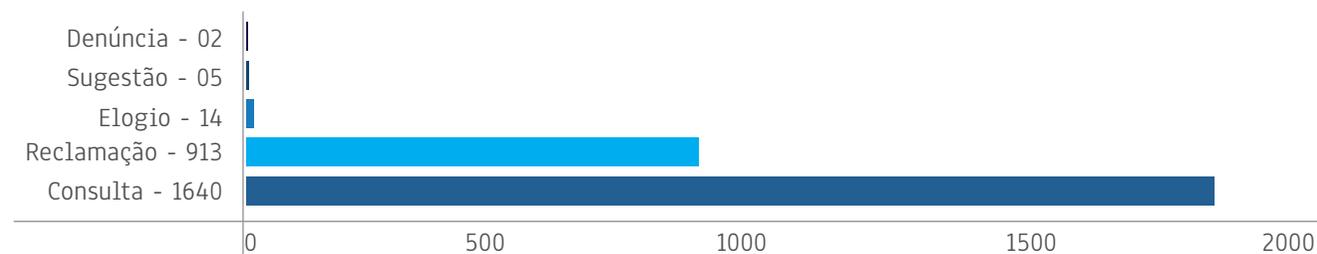
O atendimento é realizado por meio de formulário próprio, disponível no *link* específico constante na página inicial do site da CAPESESP. Após receber a demanda, a Ouvidoria tem até 7 (sete) dias úteis para encaminhar resposta, preferencialmente por e-mail, sendo admitido, nos casos excepcionais ou de maior complexidade, o acerto de um prazo maior junto ao beneficiário, não superior a 30 (trinta) dias úteis.

É preciso destacar que, por ser subordinada à Presidência da Entidade, a autonomia da Ouvidoria possibilita a sua circulação dentro da

Instituição, com mobilidade e rapidez, na busca de resolução das demandas junto aos gestores das áreas e, se necessário, junto à Direção da Entidade.

4.4.1 DEMANDAS RECEBIDAS

Nesse primeiro ano de gestão da nova Diretoria, a Ouvidoria recebeu 2.574 manifestações relativas aos Planos de Benefícios Assistenciais e Previdenciais, divididos em reclamações, consultas, elogios e sugestões, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Das manifestações recebidas, 382 foram direcionadas à Central de Relacionamento com os Associados, ficando esse canal responsável pela resposta conclusiva ao beneficiário, pois essas manifestações foram classificadas como não próprias da Ouvidoria em sua atividade fim, enquanto última instância de recurso dentro da Operadora.

4.4.2 PRAZO MÉDIO DE RESPOSTA

Reduzir o prazo médio de resposta é uma das metas da Ouvidoria. No período abordado, o prazo médio de resposta estabelecido na Resolução Normativa da ANS RN n.º 323/2013, que é de 7 (sete) dias úteis, foi reduzido para 6 (seis) dias úteis.

Observou-se, ainda, que 40,64% das demandas tiveram resposta em tempo inferior ao prazo ideal fixado pela ANS.

No período abordado, ocorreram 143 demandas cujo tempo médio de resposta ultrapassou os 7 (sete) dias úteis, sendo respondidas dentro dos 30 (trinta) dias úteis admitidos pela ANS. Esse quantitativo representa apenas 6,52% em relação ao total de respostas enviadas aos beneficiários.

4.4.3 OPORTUNIDADES DE APERFEIÇOAMENTO

As demandas registradas pelos associados contribuem para que as áreas técnicas identifiquem possibilidades de aperfeiçoamento em seus processos e serviços.

Nesse sentido, a Ouvidoria contribui para esse aperfeiçoamento à medida que direciona a cada área envolvida a manifestação do associado, possibilitando aos gestores avaliarem seus processos, identificando possibilidades de melhorias a partir das reclamações consideradas procedentes.

5. JURÍDICO

O esforço para otimização dos recursos da CAPESESP, com foco nas melhores práticas de administração e governança refletiu positivamente na Assessoria Jurídica.

No último ano, foram realizados investimentos pontuais, contudo, eficientes, tanto em qualificação de pessoal como em sistemas de gerenciamento de informação, que possibilitaram um salto qualitativo no desenvolvimento das atividades do setor.

Uma das medidas é a atuação da ASJUR em defesa da legalidade de um modelo de custeio mais sustentável e equilibrado, permitindo que as ações planejadas pela Diretoria fossem implantadas com pouco impacto ou interferência judicial ou de órgão administrativo.

Outro exemplo de atuação, neste caso, preventiva, relativa ao Plano de Benefícios Assistenciais, é a participação em reuniões técnicas com o Órgão Regulador – ANS, visando à uniformização de decisões administrativas que reconheçam a consistência e a validação das medidas implantadas pelo Programa de Saneamento Financeiro, evitando autuações administrativas judiciais em cascata, que poderiam inviabilizar o potencial do programa.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - ANS

TIPO DE PROCEDIMENTO	ASSUNTO	TOTAL	FINALIZADO (AS) EM FAVOR DA CAPESESP
NIP	Cota Extra*	157	94
NIP	Reajuste	6	3
Auto de Infração	Cota Extra*	57	45
Auto de Infração	Reajuste	3	3

* Atualmente o assunto já foi pacificado pela ANS com o reconhecimento da legalidade desta cobrança pela CAPESESP.

Nos últimos 12 (doze) meses, a ASJUR também se dedicou à defesa das medidas do Programa de Saneamento Financeiro em âmbito judicial, em todo o território nacional, levando ao Poder Judiciário dados e informações realistas do cenário econômico-financeiro da Entidade, respaldados por robustos argumentos jurídicos, de forma a preservar a integridade das medidas implantadas. Esse trabalho resultou em obstar que 10, dos 12 pedidos de decisões liminares, fossem deferidas em favor de Sindicatos, que pleitearam, coletivamente, a suspensão das medidas do Programa de Saneamento Financeiro.

Houve, ainda, incremento na atuação da CAPESESP no polo ativo de demandas, na defesa do patrimônio administrado pela Entidade, de uma forma geral, visando à redução de despesas médico-hospitalares desnecessárias, e o questionamento judicial de sanções indevidamente aplicadas pelo Órgão Regulador.

Com relação às ações atinentes ao resgate da Reserva de Poupança, tema referente ao Plano de Benefícios Previdenciais, destaca-se o reconhecimento do Judiciário acerca da legalidade e da validade da decisão do Conselho Deliberativo sobre o percentual de resgate (38,80%) pelo participante, de forma a preservar o necessário equilíbrio atuarial do plano de previdência.

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

Cabe a Diretoria de Previdência e Assistência executar as atividades relativas à concessão, manutenção e processamento dos benefícios assistenciais e previdenciais. A seguir, apresentamos as principais realizações da área:

1. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS

1.1 Autorização e Regulação de Procedimentos

Com a posse da nova Diretoria, houve também reestruturação no organograma da DPAS. A principal foi o ajuste na área responsável pelas atividades de regulação, auditoria e controle, com o objetivo de especializar equipes para o tratamento das diversas demandas.

Assim, foi criada uma Divisão de Controle Alto Custo (DCA), para cuidar dos processos que envolvem a análise e a autorização de procedimentos de alta complexidade e a compra de OPME e medicamentos especiais. Com isso, a Divisão de Auditoria Médica (DAM) pôde orientar seu foco para a autorização dos demais procedimentos e para o controle dos pacientes internados.





Para organizar a execução das atividades, os colaboradores foram alocados em grupos responsáveis pelo desempenho de tarefas específicas, melhorando a produtividade e a eficiência das unidades como um todo.

Dentro desse processo de reorganização das atividades, foi criado um centro de análise de procedimentos de alta complexidade, com médicos auditores capacitados e especializados na análise da pertinência dos materiais solicitados em procedimentos cirúrgicos com Órteses, Próteses e Materiais Especiais (de acordo com a medicina baseada em evidência, aliado aos protocolos do Ministério da Saúde e às Diretrizes de Utilização da ANS).

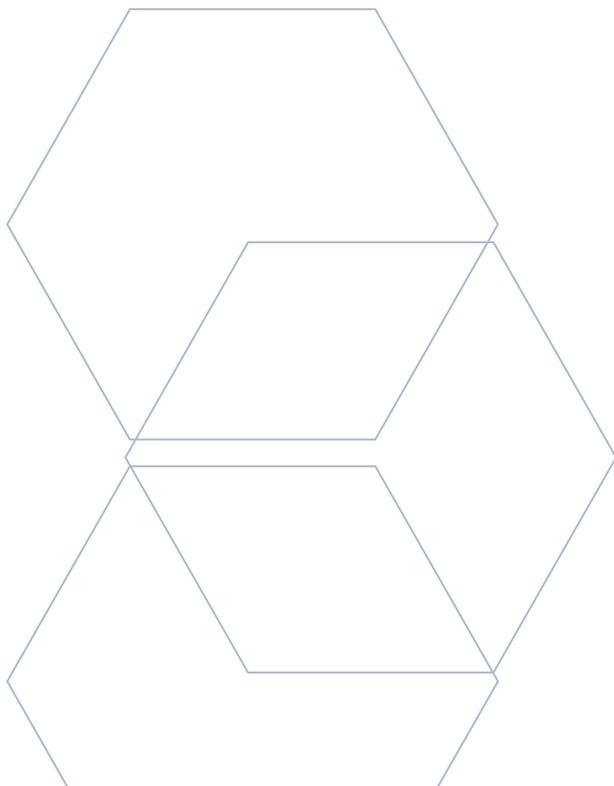
Esta área também conta com enfermeiros auditores treinados para análise de troca de materiais por outros de menor custo e/ou por materiais já negociados para pagamento direto aos fabricantes. Conforme pode ser observado nos quadros a seguir, mais de 70% das OPMEs utilizadas pelos beneficiários são negociados diretamente pela CAPESESP com os fornecedores (AF), em comparação com autorizações para cobrança diretamente em fatura pela Rede Credenciada (CF) possibilitando um ganho importante na redução das margens de comercialização e nos preços finais dos produtos.

Para a consecução deste objetivo, no período foram realizados seis treinamentos, com a participação média de 35 colaboradores, incluindo médicos auditores, enfermeiros auditores, assistentes sociais e pessoal administrativo. Nesses treinamentos, foram demonstradas as hipóteses de aplicabilidade e a qualidade técnica do material a ser fornecido, capacitando os empregados para a troca de materiais de maior custo por similares de mesma ou até de melhor qualidade técnica.

A seguir, os resultados consolidados desta atividade:

ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS

VALOR	AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO (AF)		AUTORIZAÇÃO DE COBRANÇAS EM FATURA (CF)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Até R\$ 500,00	269	81.406	200	55.831
De R\$ 500,01 a R\$ 10.000,00	2280	8.944.250	867	1.843.348
De R\$ 10.000,01 a R\$ 25.000,00	591	9.226.469	110	1.686.455
De R\$ 25.000,01 a R\$ 40.000,00	108	3.424.120	16	478.134
De R\$ 40.000,01 em diante	108	7.326.553	17	1.051.291
Total	3356	29.002.797	1210	5.115.059



MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO

CLASSE DE MEDICAMENTOS	QUANTIDADE	BENEFICIÁRIOS	VALOR TOTAL
Antineoplásico oral	3503	402	4.996.342
Imunobiológicos	270	79	963.760
Outros	195	7	11.621
Todos	3968	488	5.971.724

Ainda dentro da atividade de Autorização e Regulação de Procedimentos, foi instituído um grupo de trabalho para negociação de preços prévia e diretamente com fabricantes e distribuidores de materiais de alto custo. Essa medida contribui para abreviar a permanência hospitalar e reduzir os valores das OPMEs e de medicamentos de alto custo.

A opção por essa iniciativa decorreu de uma mudança de visão estratégica na execução das negociações dos materiais especiais, passando a privilegiar a contratualização do fornecimento diretamente com as principais indústrias e distribuidores e não mais de forma pontual e por demanda.

A partir da classificação dos produtos por especialidade médica e por linha de uso, foram selecionados como prioritários os de maior impacto nos custos. Desde então, foram realizadas 19 reuniões, sendo negociados 656 itens, fornecidos por 45 fabricantes.

Como resultado desse trabalho se observa redução significativa nos valores dispendidos com Órteses, Próteses e Materiais Especiais, conforme demonstrado a seguir¹:

EVENTO	PERÍODO 1	PERÍODO 2	DIFERENÇA
Eletrofisiologia	2.525,90	1.838,83	-27,20%
Coluna	3.819,81	2.072,26	-45,75%
Marcapasso	37.423,77	18.428,44	-50,76%
Stent	11.596,91	7.817,87	-32,59%
TODOS OS PRODUTOS	2.703,34	2.115,45	-21,75%

Período 1 - anos de 2014 e 2015
Período 2 - anos de 2016 a junho de 2017

1. foi considerado o custo de todos os produtos adquiridos, o que inclui itens de menor valor usados em quantidade maior, como parafusos e cateteres. Por este motivo o custo médio é baixo em relação às referências usuais feitas em relação aos principais itens.

O resultado observado é ainda mais significativo se forem consideradas a evolução dos custos por motivos econômicos e a tendência de utilização de tecnologias e produtos cada vez mais sofisticados e caros.

A economia com as aquisições nos 12 meses do Período 2 (13.710 itens) foi de 8,06 milhões de reais, em relação ao custo médio do Período 1.

1.2 Administração da Rede Credenciada e de Benefícios Especiais

Em apoio aos Escritórios Regionais, em janeiro de 2017, foi criada a Comissão de Relacionamento e Negociação com Prestadores de Serviços, para unir os esforços de diversas áreas nas negociações de características especiais, seja pela necessidade de condições diferenciadas ou pela expectativa de impacto nas despesas.

Essa comissão tem papel importante na negociação de condições contratuais que possibilitem a aplicação de protocolos de cobrança para o faturamento e a utilização dos acordos celebrados para compra de OPME.

Foi feita também a reestruturação da rede credenciada no segmento *home care*. Além disso, foi adotada a tabela própria da CAPESESP nesse tipo de procedimento, privilegiando a negociação diária global em substituição à autorização e pagamento de cada item necessário ao atendimento do paciente (conta aberta).



Esta sistemática apresenta vantagens em relação ao processo de regulação, pois agiliza a autorização da transferência do paciente para o domicílio, abreviando a saída do ambiente hospitalar. Há também melhora do controle de despesas, pois a possibilidade de cobrança de itens desnecessários é minimizada, impactando o custo do tratamento.

Outro impacto importante desta sistemática é a mudança de foco na atividade de auditoria, que passa a avaliar a qualidade do tratamento que é prestado, ao invés de se preocupar com o controle dos procedimentos e insumos utilizados.

Em relação às tabelas de remuneração para o segmento hospitalar, foi elaborada uma nova estruturação dos itens, no formato de diária compactada, incluindo a compra direta de OPME. Esta iniciativa racionaliza a atividade de credenciamento, instituindo uma proposta base a ser apresentada aos prestadores de serviços, além de diminuir a possibilidade de cobranças indevidas, semelhantemente ao adotado para os prestadores de serviços de internação domiciliar.

Este processo não é propriamente fácil, pois há significativas dificuldades na revisão das tabelas dos prestadores credenciados, em especial aqueles de grande porte. Contudo, todas as negociações têm sido conduzidas utilizando o padrão elaborado, seja para novos credenciamentos ou para aqueles convênios já celebrados.

Ainda em relação à rede credenciada, no final do período, nos planos de saúde e odontológico, foi apresentada a seguinte distribuição:

REDE CREDENCIADA MÉDICO-HOSPITALAR

ATIVIDADE	QUANTIDADE 08/2016	QUANTIDADE 07/2017
Bancos de Sangue	29	29
Clínicas de Nutrição Enteral	11	11
Clínicas de Equipe Multidisciplinar	316	319
Clínicas Médicas	3.025	3.122
Consultórios de Equipe Multidisciplinar	213	215
Consultórios Médicos	1.356	1.309
Cooperativas Médicas	77	78
Home Care	43	48
Hospitais	767	773
Laboratórios	849	844
Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	958	1.002
Serviços de Remoção	15	19
TOTAL	7.659	7.769

REDE CREDENCIADA ODONTOLÓGICA

ATIVIDADE	QUANTIDADE 08/2016	QUANTIDADE 07/2017
Clínicas Odontológicas	212	215
Consultórios Odontológicos	262	252
Cooperativa Odontológica	1	1
TOTAL	475	468

Na Administração da Rede e de Benefícios Especiais, foi feita a revisão do benefício de Reembolso Medicamento, que passou a ser solicitado somente pela *internet*, com redução da rotina operacional.

A despesa média mensal com o benefício foi reduzida em cerca de 32%.

Quanto aos demais benefícios especiais concedidos pela CAPESESP, o resultado do período está demonstrado no quadro abaixo:

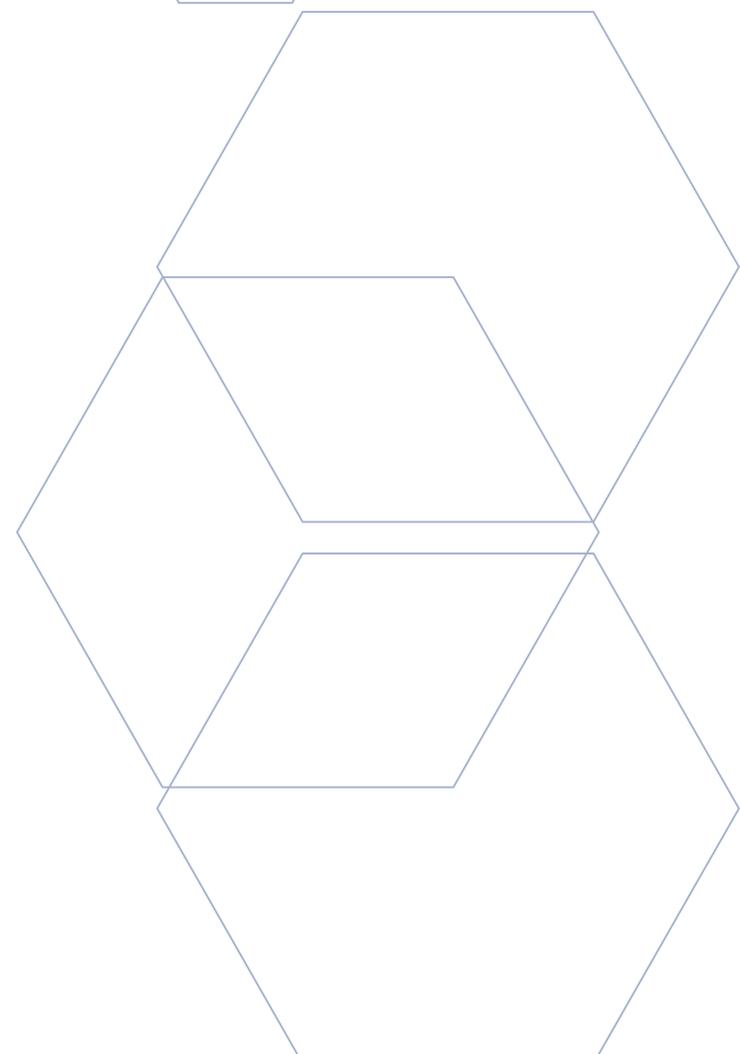
ASSISTÊNCIAS ESPECIAIS

BENEFÍCIOS	ASSOCIADOS	PROCESSOS	PROCESSOS/MÊS	VALOR MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Auxílio Funeral	107	107	9	1.155	123.616
Auxílio Medicamento Uso Contínuo	6.828	11.890 ⁽²⁾	991	842	10.010.196
CAPESAÚDE Urgente	9.819 ⁽³⁾				275.796
Gerenciamento de Doentes Crônicos	444 ⁽³⁾				125.637
Nutrição Enteral	128	829	69	2.216	1.837.418
Programa de Controle da Osteoporose	116	138	12	975	134.529
Reembolso Livre Escolha	2.677	5.132	428	540	2.769.824
Reembolso Medicamento	2.486	9.148 ²	762	58	534.941
Ressarcimento ao SUS	4.658	4.658	388	1.230	5.729.017
Outros ⁽¹⁾	90	244	20	948	231.396
TOTAL					21.772.369

(1) Auxílio Oxigenoterapia, aluguel de equipamentos (cama) e aquisição de produtos (bolsas coletoras, curativos e DIU)

(2) Pedidos aprovados

(3) Média de inscritos no período



Já os atendimentos em Odontologia tiveram o seguinte resultado:

PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

ESPECIALIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Cirurgia Oral Menor	353	20.611,51
Clínica Geral	12.082	440.357,91
Diagnóstico e Prevenção	1.983	45.544,89
Endodontia	311	51.726,58
Odontopediatria	202	4.614,76
Periodontia	201	10.911,53
Prótese Dentária	372	50.697,10
Radiologia	4.077	63.048,48
Urgência/Emergência e Reembolso	82	17.679,13
TOTAL	19.663	705.191,89

Quantidade de Associados	7.618
Média de Procedimentos por pessoa	2,58
Custo médio por pessoa	92,57

Em abril de 2017 a CAPESESP recebeu a visita de equipe da ANS para ação de fiscalização, que teve por objetivo, avaliar o processo de autorização de procedimentos médicos e aspectos relativos à cobrança da cota extra estabelecida pelo Programa de Saneamento Financeiro.

Após extensa avaliação *in loco*, que envolveu a análise de dados e documentos enviados e das rotinas executadas, foi apresentado relatório preliminar, elencando uma série de aspectos considerados como irregularidades, segregadas em graves (seis ocorrências) e não graves (duas ocorrências).

Depois dos esclarecimentos prestados, o resultado do trabalho de fiscalização foi revisto e o respectivo relatório elencou apenas três ocorrências, todas classificadas como não graves.

Para atender às recomendações apresentadas pela Agência, a Presidência da CAPESESP criou um grupo de trabalho que apresentou no final de julho um plano de ação, cujas medidas estão sendo implantadas.

1.3 Pagamento de Contas Médicas

Com o objetivo de aumentar a taxa de sucesso dos pedidos de impugnação das cobranças do Ressarcimento ao SUS, foram realizados ajustes na rotina de processamento da atividade. Em março de 2017 ocorreu uma reunião com os gestores desta atividade na ANS, para subsídios e orientações dos ajustes necessários para aumentar a eficiência do processo. Os sistemas informatizados que apoiam a rotina foram alterados, possibilitando a automatização de etapas e a melhora do desempenho.

Foi também realizado o aprimoramento na elaboração de dados que dão suporte às previsões financeiras de despesas assistenciais, às provisões obrigatórias junto à ANS, à Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) e à Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA).

Com o suporte da Divisão de Sistemas de Informação (DSI), foi feita a revisão e os ajustes dos programas responsáveis pelo cálculo das coparticipações financeiras, conforme alterações regulamentares autorizadas pelo Conselho Deliberativo, em adequação ao Programa de Saneamento Financeiro (PSF) da Entidade.

Por fim, os empregados da Divisão de Análise de Contas Médicas (DAC) que desempenham atividades de análise e processamento de cobranças médico-hospitalares passaram por treinamento, objetivando o aumento de performance e eficiência no uso do módulo de Contas Médicas do Protheus.

2. ATIVIDADES PREVIDENCIAIS

No segundo semestre de 2016, a Entidade recebeu a equipe do Escritório Regional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar para ação ordinária de fiscalização. As determinações de procedimentos e requisições de posicionamentos apresentadas pela equipe da PREVIC foram todas atendidas nos prazos regulares, assim como foram procedidos ou implantados os ajustes recomendados.

A fiscalização não apontou qualquer anormalidade grave nos processos de governança da Entidade, nos processos gerenciais e administrativos e na apuração dos compromissos dos Planos Previdenciais.

No ano de 2016, o Plano de Benefícios Previdenciais dos Funcionários da Funasa completou o terceiro exercício consecutivo com registro de parte do seu superávit na Reserva para Revisão de Benefícios. Isto significa que o Plano tem as reservas necessárias para o cumprimento de suas obrigações constituídas e adicionalmente apresenta superávit dessas obrigações.

Nesses casos, a legislação prevê que seja elaborado um plano, com base na avaliação atuarial dos compromissos, visando ao equacionamento do superávit excedente. Em razão disso, a consultoria atuarial da CAPESESP elaborou a propos-

ta de destinação do superávit, aprovada pelo Conselho Deliberativo em novembro de 2016. Com a manifestação, ciência e concordância do Patrocinador do Plano, as providências relativas à medida estão sendo implantadas.

A seguir os resultados dos benefícios previdenciais de renda mensal:

BENEFÍCIOS DE RENDA MENSAL

Descrição dos Benefícios	CAPESESP		FUNASA		Quantidade Total	Valor Total (R\$)
	Quant. (1)	Valor (2)	Quant. (1)	Valor (2)		
Aposentadoria Compulsória	-	-	86	1.113.850	86	1.113.850
Aposentadoria por Invalidez	5	40.572	7	88.506	12	129.078
Aposentadoria por Invalidez RJU	-	-	272	3.279.287	272	3.279.287
Aposentadoria por Tempo de Serviço	30	1.639.036	3	122.949	33	1.761.985
Aposentadoria por Velhice	3	151.507	12	204.407	15	355.914
Auxílio Doença	8	103.763	-	-	8	103.763
Benefício Proporcional Diferido	3	71.511	-	-	3	71.511
Pensão	20	396.516	101	3.351.280	121	3.747.796
Pensão RJU	-	-	96	977.094	96	977.094
TOTAL	69	2.402.905	577	9.137.373	646	11.540.279

(1) Quantidade: posição julho/2017

(2) Valor dos benefícios pagos entre agosto/2016 e julho/2017

Os benefícios de pagamento único tiveram o resultado abaixo:

BENEFÍCIOS DE PAGAMENTO ÚNICO

Descrição dos Benefícios	CAPESESP		FUNASA		Quantidade Total	Valor Total (R\$)
	Quant. (1)	Valor (2)	Quant. (1)	Valor (2)		
Auxílio Funeral	1	2.499	-	-	1	2.499
Auxílio Natalidade	9	4.624	28	30.722	37	35.345
Pecúlio Convencional	3	31.031	1.295	5.387.766	1.298	5.418.797
Pecúlio Previdencial	1	15.658	372	5.227.008	373	5.242.666
Reserva de Poupança	59	770.758	3.605	11.871.021	3.664	12.641.780
TOTAL	73	824.570	5.300	22.516.517	5.373	23.341.087

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Compete à Diretoria de Administração Financeira realizar estudos técnicos para suporte à elaboração da Política de Investimentos e aplicação dos recursos financeiros dos Planos de Benefícios, realizar os pagamentos a prestadores de serviços e beneficiários, processar as rotinas de descontos das contribuições e demais obrigações financeiras devidas pelas patrocinadoras e beneficiários. Além disso, administrar a carteira de empréstimos aos participantes, realizar as atividades relativas à contabilidade e efetuar as prestações de contas dos Convênios assinados com Órgãos e Entidades, dentre outras atividades inerentes. A seguir, as principais demonstrações da área:

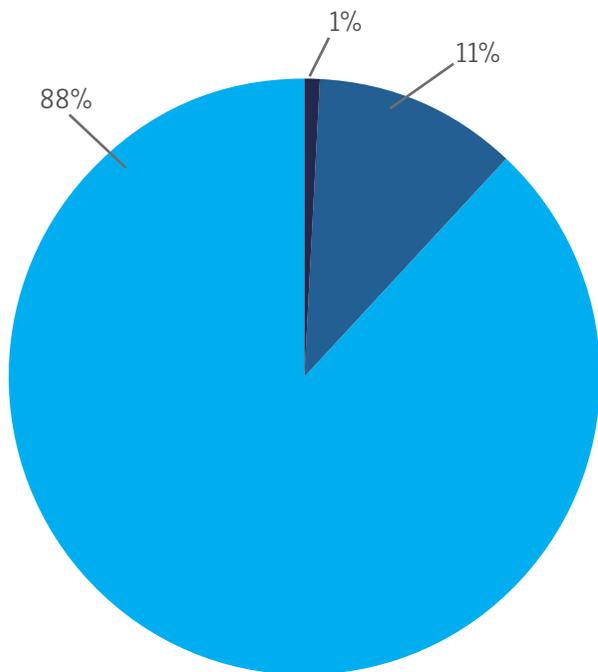


1. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

No período de agosto de 2016 a julho de 2017, o Patrimônio dos Planos Previdenciais variou de forma positiva em 2,77%, passando de R\$ 383.728.840 para R\$ 394.354.138, contra uma inflação medida pelo IPCA de 2,71%

O total desses ativos está mantido em segmentos de aplicações consideradas seguras e de boa liquidez conforme demonstrado no gráfico a seguir:

PATRIMÔNIO PREVIDENCIAL



✦ Renda Fixa
 ✦ Imóveis
 ✦ Operações com Participantes

Isoladamente, o Patrimônio dos Planos de Benefícios administrados apresenta diferentes variações em virtude da natureza de cada um. Isso pode ser verificado nos quadros seguintes, onde estão demonstrados os fluxos de entrada e saída de recursos no mesmo período:

1.1. Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da FUNASA

Patrimônio Social iniciado em agosto de 2016	243.248.297
Contribuições Líquidas	11.490.884
Pagamentos de Benefícios	30.969.111
Rentabilidade das Aplicações	19.656.186
Patrimônio Social no final de julho de 2017	243.426.255
Variação	0,50%

Este Plano de Benefícios se encontra na sua fase madura, ou seja, passou do momento de acumulação e entrou na etapa em que o pagamento dos benefícios são suportados pela rentabilidade dos investimentos. No quadro, pode-se verificar claramente que o dispêndio com pagamentos de benefícios de caráter previdencial, incluindo aposentadorias e pensões, ficou em R\$ 30.969.111, enquanto o valor líquido arrecadado das contribuições, R\$ 11.490.884, foi de 37% do gasto.

Mesmo com essa dependência da rentabilidade dos investimentos, o plano vem seguidamente apresentando superávits e há mais de três anos formando uma reserva especial para revisão do plano, o que, pela legislação, permitiu que a Diretoria-Executiva propusesse ao Conselho Deliberativo a criação de um fundo financeiro para distribuição aos participantes ativos, inativos e assistidos.

O rateio da distribuição se dará sob a forma de redução das contribuições para os participantes ativos e inativos, na proporção de 9,48% durante dois anos, e para os assistidos, por meio do pagamento de um benefício mensal temporário, correspondente a 10,67% do benefício mensal regulamentar pago pela CAPESESP aos assistidos, por um período de três anos.

1.2. Plano de Benefícios Previdenciais dos Empregados da CAPESESP

Patrimônio Social iniciado em agosto de 2016	114.027.872
Contribuições Líquidas	3.412.106
Pagamentos de Benefícios	3.374.368
Rentabilidade das Aplicações	10.086.985
Patrimônio Social no final de julho de 2017	124.152.595
Variação	8,88%

Ao contrário do anterior, neste Plano de Benefícios as receitas de contribuição ainda superam as despesas, sendo um plano em fase de amadurecimento. Essa característica faz com que o crescimento do patrimônio ocorra com maior velocidade, uma vez que para o pagamento dos benefícios não é necessário se lançar mão da rentabilidade dos investimentos, que se reverte integralmente para o crescimento do Patrimônio do Plano.

Por esse motivo, dentre os três planos de previdência administrados pela CAPESESP, esse é o que apresenta a maior variação de crescimento, 8,88%.

1.3. Plano de Pecúlios

Patrimônio Social iniciado em agosto de 2016	26.452.671
Contribuições Líquidas	4.144.324
Pagamentos de Benefícios	6.273.324
Rentabilidade das Aplicações	2.451.617
Patrimônio Social no final de julho de 2017	26.775.288
Variação	1,22%

As avaliações atuariais do plano demonstram que o patrimônio atual é suficiente para suportar que as contribuições para o Plano de Pecúlios permaneçam congeladas, enquanto o valor do prêmio ao qual o beneficiário tem direito vem sendo reajustado anualmente.

Por essa razão, a rentabilidade dos investimentos serve para cobrir as diferenças entre receitas e despesas, o que segura a variação do crescimento, a exemplo do Plano Funasa.

1.4. Plano de Benefícios Assistenciais

Desde 2012, quando da apresentação de seu primeiro Plano de Recuperação, a CAPESESP vem sendo monitorada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sendo que em 01/02/2016 tomou posse a Diretora Fiscal designada por meio da Portaria 7811, de 26/01/2016, para acompanhar *in loco* as atividades assistenciais e financeiras da Entidade.

Em seguida a sua posse e após intensa análise da situação econômico-financeira do Plano de Saúde, a Diretora Fiscal emitiu a Instrução Diretiva n.º 11, de 29/03/2016, determinando alguns ajustes no balancete contábil da Entidade e que apresentasse Programa de Saneamento contendo ações e metas para a reversão das seguintes situações: recuperação do desequilíbrio na relação entre ativos e passivos de curto prazo que comprometam a liquidez; recuperação do Patrimônio Líquido, adequando-o também à exigibilidade de Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência, nos termos da RN n.º 209/2009 e considerando os ajustes patrimoniais previstos na IN DIOPE n.º 50/2012; constituição de Ativos Garantidores em montante suficiente para suportar as Provisões Técnicas constituídas, conforme determina a RN n.º 392/2015.

Assim, considerando o disposto na Instrução Diretiva n.º 11/DF/2016, foram promovidos os ajustes contábeis e o Programa foi elaborado para vigorar de agosto/2016 a julho/2019. Portanto, o PSF completou um ano de sua vigência.

De acordo com a legislação, as ações e metas do Programa de Saneamento foram elaboradas seguindo critérios factíveis e devidamente explica-

dos e evidenciados em projeções, demonstrando, mês a mês, no prazo estabelecido, como a recuperação econômico-financeira ocorrerá.

Ainda de acordo com os normativos da ANS, o Programa de Saneamento deverá ser capaz de reverter no mínimo 50% de cada anormalidade econômico-financeira na metade do prazo de vigência e a sua integralidade ao final desse prazo.

Com o balancete fechado de julho/2017, restam cinco meses para a metade do PSF, com expectativa positiva em relação ao cumprimento das metas, apesar de inúmeras situações inesperadas que ocorreram, como por exemplo:

- Perda de, aproximadamente, 19 mil beneficiários no primeiro semestre de 2017, enquanto as projeções para o mesmo período previam 5.400 beneficiários, portanto quase quatro vezes mais;
- Dificuldades para desconto das contribuições para o Plano de Saúde em função do encolhimento da margem consignável do servidor, em razão da publicação do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016;
- Perda de aproximadamente R\$ 1,5 milhões de receita mensal, em decorrência da grande quantidade de decisões judiciais contrárias ao novo modelo de contribuições, instituído em 2014, bem como em relação aos recentes reajustes aplicados na vigência do PSF;
- Recente decisão do plenário do STF em relação à incidência de Imposto Sobre Serviço (ISS) decorrente das atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde, que aumentará o custo da operação;

Apesar de todos os percalços, o Plano Assistencial, neste período de 12 meses, apresentou uma melhora do seu patrimônio, bastante significativa. Os três Indicadores que servem de base para a ANS, estão sendo monitorados periodicamente e apresentam resultados positivos, conforme pode-se verificar nos quadros a seguir:

ITEM AVALIADO	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO
	AGOSTO/16	JUNHO/17	JULHO/2017
MARGEM DE SOLVÊNCIA	39.792.729	54.062.038	55.612.986
Patrimônio Social Ajustado (IN DIOPE nº50/2012)	(53.786.941)	(34.787.327)	(37.010.410)
Suficiência/(Insuficiência) de Margem Solvência	(93.579.670)	(88.849.365)	(92.623.396)
Percentual de Suficiência / Insuficiência de Margem de Solvência	-235,2%	-164,3%	-166,5%
Parâmetro de limite para a metade do Programa (jan/18)			-117,6%

ITEM AVALIADO	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO
	AGOSTO/16	JUNHO/17	JULHO/2017
NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO DE ATIVOS GARANTIDORES	83.315.757	70.781.252	77.165.305
Peona Calculada	55.188.120	67.754.454	66.933.555
PESL - Eventos avisados há mais de 30 dias	28.127.636	3.026.798	10.231.750
Total de de Ativos Garantidores Vinculados	65.420.664	70.781.252	72.493.884
Suficiência/Insuficiência de Ativos Vinculados	(17.895.093)	0	(4.671.420)
Percentual de Suficiência / Insuficiência de Ativos Vinculados	-21,5%	0,0%	-6,1%
Parâmetro de limite para a metade do Programa (jan/18)			-10,7%

ITEM AVALIADO	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO
	AGOSTO/16	JUNHO/17	JULHO/2017
NECESSIDADE DE LASTRO DE PROVISÕES TÉCNICAS	123.650.389	117.817.477	117.377.016
Peona Calculada	55.188.120	67.754.454	66.933.555
PESL	68.462.269	50.063.023	50.443.461
Total de de Ativos Garantidores (Vinculados e Livres)	65.420.664	71.936.086	74.202.966
Suficiência/Insuficiência de Lastro	(58.229.726)	(45.881.391)	(43.174.051)
Percentual de Suficiência / Insuficiência de Lastro	-47,1%	-38,9%	-36,8%
Parâmetro limite para a metade do Programa (jan/18)			-23,5%

Nos quadros estão demonstrados o mês de início do PSF, agosto de 2016, e a situação presente com o resultado dos dois últimos meses: junho e julho de 2017.

Pela legislação, a necessidade de constituição da Margem de Solvência, indicador do primeiro quadro, deverá ser crescente até 2023. Mensalmente é incrementado 1/120 avos do valor presente da necessidade total. Isto representa 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 60 meses da soma de 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, resultando em aproximadamente R\$ 150 milhões.

Portanto, é nesse indicador que reside a maior dificuldade da CAPESESP, embora haja uma melhora significativa no período, pois, em agosto de 2016, a insuficiência era de 235,2% e, em julho/2017, chegou-se a 166,5%. A meta a ser alcançada em janeiro de 2018 (metade do PSF) é de menos do que 117,6% de insuficiência.

Já no segundo quadro o indicador Necessidade de Vinculação de Ativos Garantidores está suficiente.

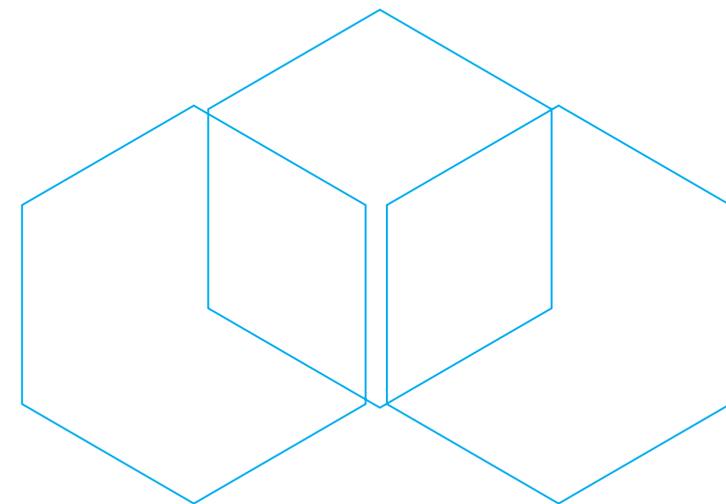
No terceiro quadro, fica demonstrado que a necessidade em relação ao indicador Lastro das Provisões Técnicas reduziu no período, enquanto conseguiu-se um aumento dos ativos garantidores. A conjunção desses dois fatores fez com que a insuficiência, medida em agosto de 2016, de 47,1%, fosse reduzida em julho para 36,8%, quando a meta em janeiro de 2018 (metade do PSF) é de menos do que 23,5% de insuficiência.

Também ficou positiva a redução da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PEL com mais de 30 dias. Em agosto de 2016, o registro em balanço era de R\$ 28.127.636 e, em julho de 2017, em virtude do pagamento de valores avisados há mais de 30 dias, a PEL foi reduzida para R\$ 10.231.750.

2. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

De acordo com a legislação, a Entidade deve definir uma Política de Investimentos - PI para aplicação dos recursos de cada plano de previdência, entendendo-se como tal, também, o Programa de Gestão Administrativa - PGA.

A Política de Investimentos deve ser elaborada antes do exercício a que se referir. Portanto, no terceiro trimestre de 2016 foi formulada a primeira PI da atual administração.



No quadro a seguir estão demonstrados os resultados dos investimentos registrados no ano:

PLANOS	SEGMENTOS	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	ANO	ALOCÇÃO	VALOR (R\$ MIL)
BD FUNASA	Renda Fixa	0,98%	0,78%	0,91%	0,67%	0,89%	0,68%	0,49%	5,52%	80,03%	194,084
	IPCA + 5,50% M PI	0,83%	0,78%	0,70%	0,59%	0,76%	0,22%	0,69%	4,65%	-	-
	Imóveis	0,06%	-0,10%	0,05%	0,07%	0,07%	0,07%	0,06%	0,28%	18,40%	44.616
	IPCA + 5,25% M PI	0,81%	0,76%	0,68%	0,57%	0,74%	0,20%	0,67%	4,50%	-	-
	Op. Participantes	-2,07%	2,47%	-0,20%	3,68%	1,08%	1,87%	-2,51%	4,24%	1,57%	3.798
	IPCA + 5,50% M PI	0,83%	0,78%	0,70%	0,59%	0,76%	0,22%	0,69%	4,65%	-	-
	Consolidado	0,79%	0,64%	0,73%	0,62%	0,74%	0,57%	0,36%	4,53%	100,00%	242.499
	IPCA + 5,25% M AT	0,81%	0,76%	0,68%	0,57%	0,74%	0,20%	0,67%	4,50%	-	-
BD CAPESESP	Renda Fixa	0,93%	0,75%	0,85%	0,63%	0,85%	0,50%	0,42%	5,02%	93,22%	115.191
	IPCA + 5,50% M PI	0,83%	0,78%	0,70%	0,59%	0,76%	0,22%	0,69%	4,65%	-	-
	Imóveis	0,06%	-0,10%	0,05%	0,07%	0,07%	0,07%	0,06%	0,27%	6,11%	7.549
	IPCA + 5,25% M PI	0,81%	0,76%	0,68%	0,57%	0,74%	0,20%	0,67%	4,50%	-	-
	Op. Participantes	3,39%	1,28%	5,53%	2,24%	0,89%	2,41%	3,47%	18,65%	0,67%	832
	IPCA + 5,50% M P	0,83%	0,78%	0,70%	0,59%	0,76%	0,22%	0,69%	4,65%	-	-
	Consolidado	0,89%	0,70%	0,83%	0,60%	0,79%	0,49%	0,41%	4,80%	100,00%	123.572
	IPCA + 5,25% M AT	0,81%	0,76%	0,68%	0,57%	0,74%	0,20%	0,67%	4,50%	-	-
PECÚLIOS	Renda Fixa	0,95%	0,77%	0,89%	0,66%	0,87%	0,58%	0,49%	5,31%	100,00%	25.910
	IPCA + 5,50% M PI	0,83%	0,78%	0,70%	0,59%	0,76%	0,22%	0,69%	4,65%	-	-
	IPCA + 4,50% M AT	0,75%	0,70%	0,62%	0,51%	0,68%	0,14%	0,61%	4,07%	-	-
PGA	Renda Fixa	1,06%	0,85%	1,03%	0,77%	0,92%	0,84%	0,78%	6,43%	100,00%	7.013
	97% SELIC M PI	1,05%	0,84%	1,02%	0,76%	0,90%	0,78%	0,77%	6,30%	-	-

A legislação que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos estabelece que a carteira de imóveis deve observar o limite de 8% dos recursos de cada Plano. No mesmo normativo são destacados como exceção os casos de desenquadramento passivo, ocasionado por reavaliação de imóveis. Encaixa-se nesse caso a carteira de imóveis do Plano de Benefícios da FUNASA, que fechou o mês de julho com 18,40% de alocação em relação ao patrimônio total do plano.

Ainda em relação à carteira de imóveis, chama a atenção que tanto no Plano Funasa quanto no Plano CAPESESP, a rentabilidade ficou abaixo da Meta da Política de Investimentos. Isso se deve à vacância das salas de uso para investimentos. Essa situação será revertida em razão de já haver locatário para todo conjunto de salas disponíveis. O contrato firmado vigora a partir de setembro e tem carência de seis meses.

Outro investimento que ficou abaixo da Meta da PI foi a Carteira de Operações com Participantes do Plano da Funasa. Nesse caso, o fato se deve à grande inadimplência da carteira.

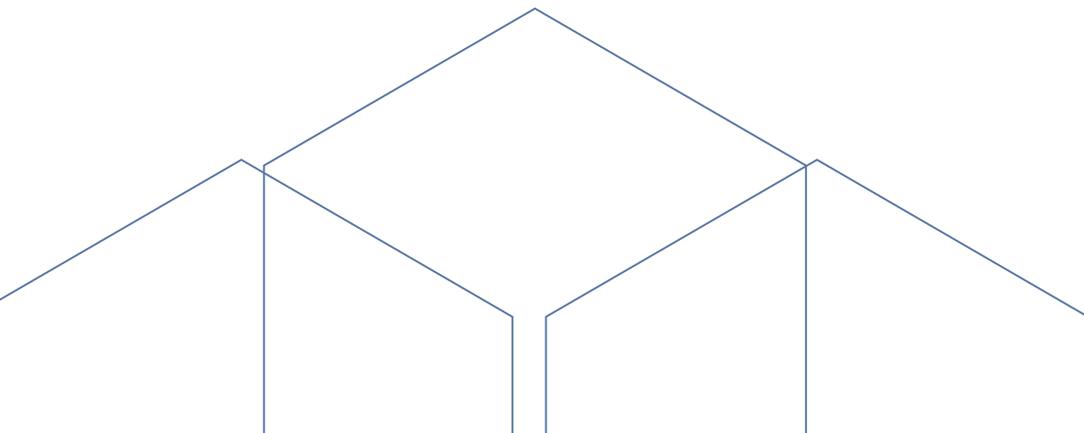
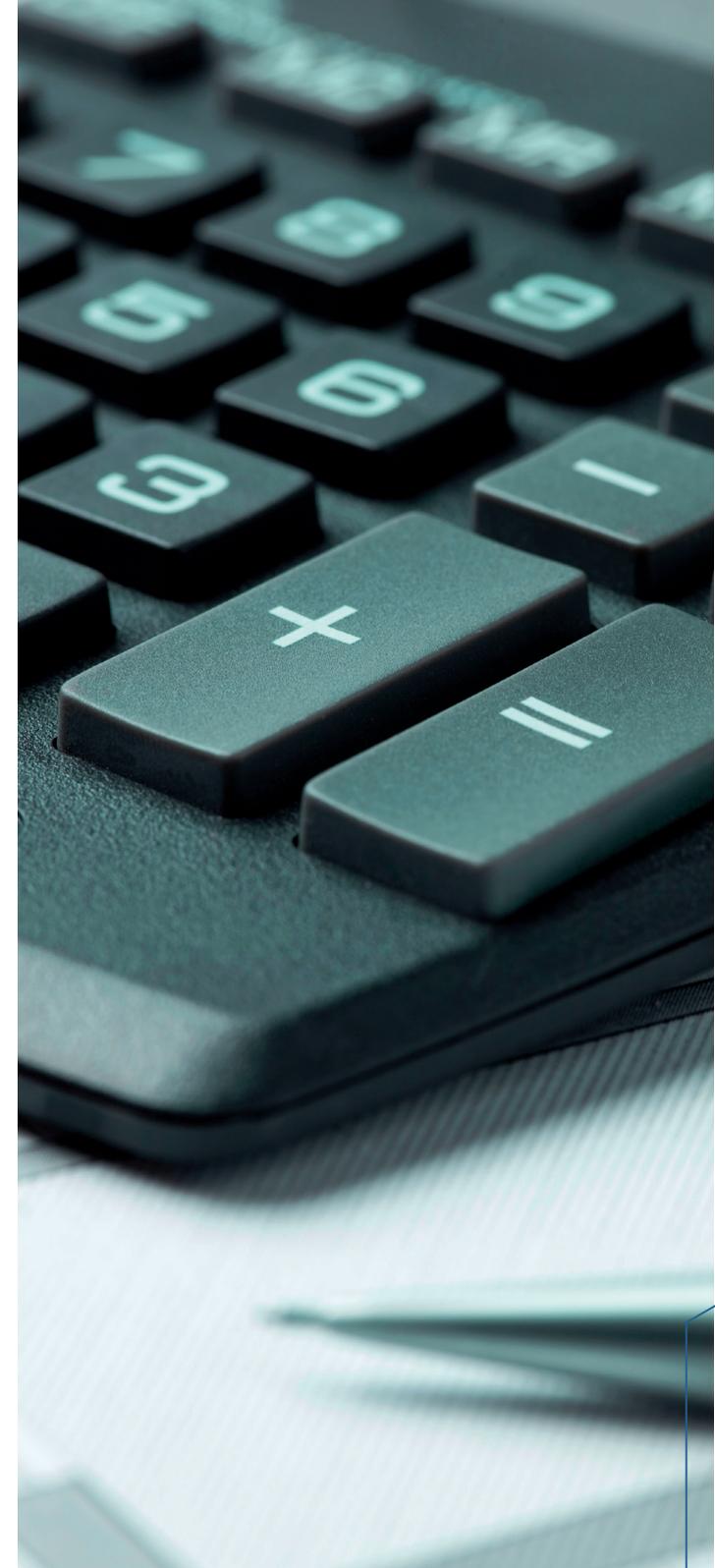
No restante das aplicações as Metas da PI foram sempre superadas.

3. RECUPERAÇÃO DE DÉBITOS

Como já mencionado, com a publicação do Decreto nº 8.690/2016, a partir de meados de 2016 começaram as dificuldades para desconto das contribuições para o Plano de Saúde em função do encolhimento da margem consignável do servidor.

A inadimplência inicial da folha, devido à rejeição por falta de margem consignável, que era de aproximadamente 2% antes do Decreto, passou, em média, para 35%, sem contar o que é pago por meio de boletos bancários.

Por conta dessa situação, foram realizadas duas campanhas de recuperação de débitos, que permitiram a repactuação de dívidas no montante de R\$ 4.543.760,27, permitindo a abertura do Plano para o reingresso de associados desligados no passado e evitando o desligamento precoce de novos beneficiários.



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Responsável por viabilizar estruturalmente o funcionamento da CAPESESP, a Diretoria de Administração trabalhou neste primeiro ano de gestão para que os objetivos definidos fossem alcançados. Foram feitas adequações no quadro de pessoal, treinamentos, investimentos em tecnologia, além do cuidado com as instalações físicas e patrimoniais da Entidade, realizadas rotineiramente. A seguir, as principais atividades desenvolvidas:



1. RECURSOS HUMANOS

1.1 Admissões e desligamentos

No período foram realizadas 93 admissões e 92 desligamentos chegando-se a um “turnover” de 17%, considerado baixo em relação à média das empresas brasileiras, que é de 43%.

1.2 Recrutamento e seleção

No período foram abertos 64 processos de recrutamento e seleção, sendo que em vários deles mantivemos candidatos em quadros de reserva, para que não seja necessária a abertura de novos processos, quando precisar de reposição de vagas.

1.3 Treinamentos

No período, houve a capacitação de 170 empregados, em 46 eventos em nível nacional, dos quais 21 (quase 50%) foram gratuitos, dentre os quais destacamos os dois realizados na sede da CAPESESP, em parceria com fornecedores, que possibilitaram a participação direta de 39 colaboradores entre médicos e enfermeiros auditores da DPAS.

1.4 Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)

Programa médico com caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Os dados são coletados a partir da realização dos exames de-

correntes da admissão, demissão, periódico, mudança de função e retorno ao trabalho por período igual ou superior a 30 dias, por motivo de doença, acidente de trabalho e doença ocupacional.

O PCMSO da CAPESESP é revisado anualmente e compreende o período de 01 de abril a 31 de março do ano seguinte. Em 2015, a equipe de Coordenação propôs a ampliação do Programa, com a inclusão de exames complementares de controle e prevenção de doenças, de acordo com as faixas etárias. Atualmente estão sendo avaliados os riscos para a área administrativa.

Os dados coletados possibilitarão ações complementares de promoção da saúde, visando a um ambiente organizacional de maior bem-estar individual e coletivo, estimulando as pessoas a mudarem seu estilo de vida, através da adoção de hábitos mais saudáveis e de valorização da prevenção de doenças.

Os dados a seguir compreendem o período de 01/04/2016 a 31/03/2017:

TIPOS DE EXAMES	TOTAL
Admissionais	87
Periódicos	284
Retorno ao Trabalho*	30
Demissionais	96

**Auxílio Doença e Licença Maternidade*

1.5 Ações preventivas e de promoção à saúde

A CAPESESP mantém atividades frequentes de promoção à saúde, como a Ginástica Laboral, realizada três vezes por semana, por profissionais especializados. Em conformidade com a NR-17, o foco principal da atividade é a área de teleatendimento. Entretanto, essa ação é estendida a outras unidades de trabalho do Nível Central.

O objetivo da ginástica laboral é melhorar a saúde e evitar lesões por esforço repetitivo e algumas doenças ocupacionais. Ela se baseia em alongamentos de diversas partes do corpo.



A divulgação dos horários é feita nos murais da Entidade, para que todos possam participar:



A CAPESESP também mantém permanentemente em seu Calendário de Saúde dos empregados a campanha de vacinação contra gripe. Em maio/2017 foram vacinados 376 empregados em 21 estados do Brasil.

1.6 Acordo Coletivo de Trabalho

No Nível Central o Acordo Coletivo é negociado com o Sindicato dos Empregados nas Entidades e Empresas de Previdência Privada Fechada e nas Empresas de Previdência Privada Aberta do Estado do Rio de Janeiro (SINDEPPERJ). Já no Distrito Federal e demais Estados, os trabalhadores são

representados pelo Sindicato dos Securitários e pela Federação Nacional dos Securitários (FENESPIC). Para o ano de 2017, pela primeira vez, a CAPESESP recebeu uma pauta única de reivindicações dos empregados, pois os sindicatos e a federação concordaram com a pauta apresentada.

Em dezembro/2016 o Conselho Deliberativo aprovou a pauta apresentada pela Diretoria-Executiva, que notificou o SINDEPPERJ e a FENESPIC quanto ao que foi aprovado. A CAPESESP conseguiu assinar os Acordos com todas as localidades de sua abrangência, cumprindo com a legislação que trata sobre a obrigação de assinar quantos acordos específicos forem necessários, considerando as bases territoriais dos sindicatos representativos.

1.7 Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI)

Em janeiro/2017, foi aprovado o Programa de Aposentadoria Incentivada, tendo como objetivo incentivar o desligamento funcional de empregados já elegíveis ao recebimento de benefício de complementação de aposentadoria pelo Plano de Benefícios Previdenciais da CAPESESP e propiciar uma renovação do quadro de empregados ao longo do tempo.

Os estudos para a definição dos incentivos a serem concedidos levaram em consideração o impacto sobre a despesa administrativa e o tempo de recuperação do valor investido, considerando uma reposição funcional a um custo menor.

O Programa foi instituído de forma permanente e dos 15 empregados elegíveis, 11 formalizaram sua adesão, sendo 8 desligados, conforme exposto no quadro a seguir:

TOTAL DE EMPREGADOS QUE ADERIRAM AO P.A.I	MÉDIA DE TEMPO DE SERVIÇO	DESPESA SALARIAL MENSAL (A)	CUSTO TOTAL DO DESLIGAMENTO			CUSTO MENSAL COM AS REPOSIÇÕES (B)	ECONOMIA COM A REPOSIÇÃO	TEMPO DE RECUPERAÇÃO
			RESCISÃO	INCENTIVO PAI	TOTAL			
8	25 anos	R\$ 115.217,70	R\$ 174.254,56	R\$ 526.026,63	R\$ 700.281,19	R\$ 70.123,84	R\$ 45.093,86	12 meses

Caso o Programa não houvesse sido implantado e a CAPESESP optasse pelo desligamento dos 8 empregados, o custo seria em torno de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em vez dos R\$ 700.000,00 efetivamente desembolsados.

1.8. Ações motivacionais

Ações de cunho motivacional desenvolvidas com a participação de empregados de diversas unidades de trabalho:

- Envio de cartão online para os aniversariantes;
- Cessão de espaço para encontros religiosos, para que os empregados possam cuidar da sua espiritualidade;
- Apoio nas ações desenvolvidas pela Associação dos Empregados da CAPESESP (ASCAP);
- Apoio ao grupo GerAção, formado por empregados da CAPESESP que desenvolvem um programa de movimento social de auxílio a pessoas e entidades carentes. Já foram realizadas 20 (vinte) ações, sendo que a última compreendeu o período de janeiro a dezembro/2016, com destaque para os seguintes eventos:
 - a) Nona Campanha de Inverno da CAPESESP, com a arrecadação de 276 peças revertidas para assistidos do grupo de voluntários Panela do Bem;
 - b) Intermediação na doação de alguns microcomputadores e móveis da CAPESESP para o Espaço Progredir, de Miguel Couto, Nova Iguaçu/RJ, que já estavam com valor contábil zerado e que não tiveram interessados em dois editais de venda. A instituição favorecida não tem fins lucrativos e ministra cursos profissionalizantes para jovens e adolescentes, buscando retirá-los do mundo das drogas e do crime e reintegrá-los à sociedade.
 - c) Captação de doações de presentes que beneficiaram 50 crianças e adolescentes carentes das seguintes instituições: Lar Beneficente Amar, em Parque Paulista, Duque de Caxias/RJ; Fundação Assistencial Santa Bárbara, em Vila de Cava, Nova Iguaçu/RJ e crianças órfãs de pais, carentes, criadas pela avó, em Belém/PA.

2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.1 Substituição da unidade de armazenamento de discos

O antigo equipamento tinha mais de 7 anos de uso. Foi adquirida uma nova unidade de discos, a ser utilizada pelos servidores de virtualização. O novo equipamento tem mais espaço em disco e proporcionará maior capacidade para a hospedagem dos dados.

2.2 Atualização do software de virtualização

Atualização do software de virtualização de servidores da versão 4.1 para a 6.5, proporcionando maior estabilidade do produto e a utilização de novos recursos. Este software é responsável pelo gerenciamento de todos os servidores em uso na CAPESESP, onde estão hospedados os serviços de correio eletrônico, site institucional, sistema central, faturamento, entre outros.

2.3 Substituição do firewall

O novo modelo do equipamento de controle de tráfego de Internet (firewall) tem alta disponibilidade, visando garantir maior segurança dos dados trafegados dentro e fora da instituição. O equipamento de firewall é um elemento de extrema importância dentro do ambiente empresarial, pois protege a Entidade contra invasões externas.

2.4 Atualização do software de Antivírus

Atualização da versão foi realizada em todos os microcomputadores da CAPESESP para última versão do software antivírus, possibilitando novos recursos de segurança.

2.5 Atualização do sistema de backup

Foi feita a substituição do servidor e a atualização do software. A conjugação das duas aquisi-

ções proporcionou uma janela de backup muito mais curta e também a restauração de arquivos com maior velocidade.

2.6 Atualização do parque de impressoras

Renegociação do contrato de outsourcing de impressão com a fornecedora, substituindo as 46 (quarenta e seis) impressoras e multifuncionais por modelos mais modernos, sem acréscimo de custo.

2.7 Ampliação do link de Internet

Aumento da velocidade dos links de Internet do Nível Central, totalizando uma velocidade de 90 Mbps, com redundância de operadoras. Essa configuração garante grande disponibilidade no acesso à Internet e velocidade para os trabalhos.

2.8 Renovação de microcomputadores

No período, foram substituídos em torno de 100 (cem) microcomputadores. A atualização contínua do parque tecnológico garante a segurança dos dados com a utilização de sistemas operacionais atuais, aumenta a produtividade dos empregados, além de diminuir o custo com manutenção de equipamentos.

2.9 Atualização e otimização da ferramenta Mantis

O Mantis é um sistema utilizado pelas áreas de cadastro e de auditoria médica no gerenciamen-

to da tramitação de documentos cadastrais e do processo de liberação de procedimentos médicos. Os apontamentos são feitos diretamente na ferramenta e nela são anexados milhares de documentos que embasam ambas as atividades.

Este sistema permite o controle das fases e ações realizadas pelos diversos participantes dos processos até a conclusão da atividade. Devido à sua importância, foram feitos esforços para atualizar a versão da ferramenta. Entretanto, após algum tempo de uso, começaram a surgir índices baixos de performance. Após estudos e medições, com o apoio de consultoria externa, foram executadas otimizações no banco de dados, melhorando exponencialmente a ferramenta, possibilitando uma maior fluidez nas atividades.

3. CADASTRO

3.1 Desenvolvimento de rotina de troca de informações com Operadoras com as quais a CAPESESP mantém convênio de reciprocidade ou contrato de prestação de atendimento

Foi desenvolvida uma rotina para troca de informações e armazenamento das matrículas, subsidiando de informações as áreas de atendimento, faturamento e credenciamento e facilitando as trocas de relatórios de movimentações cadastrais com essas operadoras.

3.2 Recadastramento de dados bancários

Para atender uma exigência do Banco Central, as contas bancárias dos servidores do Executivo Federal passaram a ser classificadas como contas salário. Essa modalidade somente pode receber depósitos do empregador, não sendo admitidos depósitos de quaisquer outras fontes e nem débito automático. Por este motivo, a CAPESESP promoveu uma campanha de atualização de dados bancários, solicitando aos titulares e pensionistas a informação da CONTA PARA OUTRAS OPERAÇÕES constante do contracheque do servidor. A remuneração é transferida automaticamente para esta conta, que possibilita a realização dos procedimentos necessários no relacionamento financeiro da CAPESESP com seus associados.

3.3 Implementação de serviço via site para solicitações de cancelamento do plano assistencial

A ANS, através da Resolução Normativa 412/2016, determinou que as operadoras de planos de saúde deverão implementar no portal da Internet um acesso para solicitação de exclusão do plano de saúde. Esta implementação está sendo desenvolvida em conjunto pela Divisão de Cadastro e a Divisão de Sistemas de Informação.

3.4. Implementação de código de Região de Saúde

Por exigência da ANS, as substituições de prestadores descredenciados devem ser comunicadas previamente aos beneficiários residentes na Região de Saúde correspondente. A implantação de rotinas visando atender essa exigência, seja através de divulgação via SMS, site ou mensagem eletrônica, necessitou de uma mudança nos sistemas de cadastro, a fim de comportar também o código da região de saúde de cada um dos beneficiários do plano de saúde.

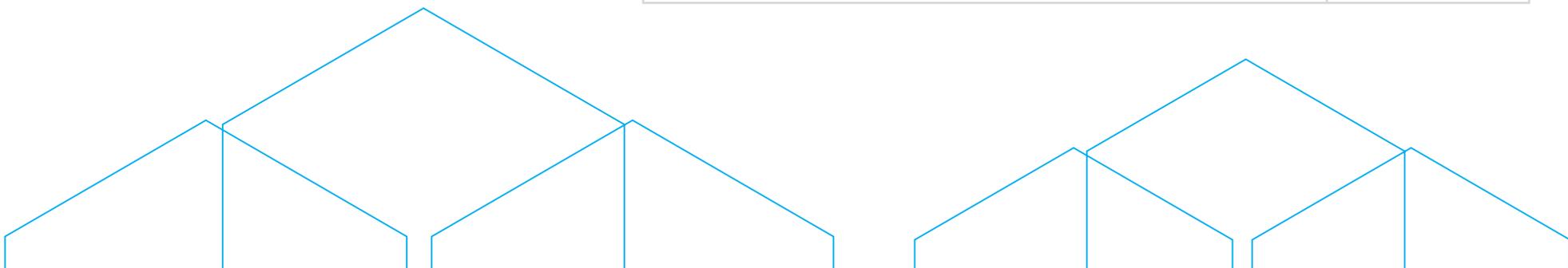
3.5 Desenvolvimento de sistema para extração/importação de dados cadastrais visando à equalização das bases de associados junto ao Ministério da Saúde para fins de per capita patronal

Para atender uma solicitação do Ministério da Saúde, a Divisão de Cadastro está desenvolvendo com a TI um módulo sistêmico para extração de relatórios, nos moldes definidos pelo Órgão, contendo os beneficiários do CAPESAÚDE passíveis de repasse per capita patronal. Essa medida visa centralizar e reduzir esforços do patrocinador nas conferências e aplicação de reajustes oriundos do batimento cadastral mensal entre as bases das duas entidades.

3.6 Movimentações cadastrais do período

No período relatado foram realizadas as movimentações cadastrais contidas no quadro abaixo:

PROCESSOS CADASTRAIS	QUANTIDADE
Inscrições	7.044
Trocas de Plano	1.948
Desligamentos	11.484
Emissão de carteiras do CAPESAÚDE	10.615
Alterações Cadastrais	26.819
Recadastramento de Dados bancários	1.103
Movimentação cadastral junto à ANS (envio de SIB)	84
Movimentação cadastral junto às Patrocinadoras	1.824
Movimentação cadastral junto à UNIMED	360
Emissão de correspondência diversas	31.376





4. LOGÍSTICA

4.1 Redução das tarifas praticadas no 0800 utilizado pela Central de Relacionamento com os Associados

Com a recente expansão do mercado de telefonia foi possível realizar cotação de preços com outras operadoras que possuem a mesma capilaridade da Embratel que, após diversas negociações, concordou em diminuir em 76% as tarifas praticadas, o que representará uma economia anual de aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), considerando o nível de utilização verificado atualmente.

4.2 Renegociação de contratos administrativos

Foram realizadas, aproximadamente, 23 negociações para não aplicação de reajustes e, em alguns casos, para a redução dos valores de contratos vigentes, dos níveis Central e Regional, representando uma redução anual da despesa de R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), conforme descrito no quadro a seguir.

ECONOMIA EM NEGOCIAÇÕES DE CONTRATOS (AGO/16 A JUL/17)

CONTRATO	NATUREZA	VALOR APÓS SOLICITAÇÃO DE REAJUSTE	VALOR NEGOCIADO	ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA ANUAL
9 EMPRESAS	Locação de Imóvel	30.113,52	23.622,53	6.490,99	77.891,88
14 EMPRESAS	Prestação de Serviço	233.641,62	228.708,93	4.932,70	59.192,32
TOTAL (R\$)		263.755,14	252.331,46	11.423,68	137.084,20

4.3 Mudança de imóvel - Nível Regional

Foram realizados o planejamento e a execução de obras de mudança e adequações de leiautes em 4 (quatro) Escritórios Regionais e Locais: Tocantins, Maranhão, Piauí e Montes Claros.

4.4 Sistema de ar-condicionado

Instalação de novos aparelhos de refrigeração no datacenter da CAPESESP, utilizando o fornecimento de água gelada do Condomínio e colocação de porta de vidro com isolamento térmico e acústico. Os novos aparelhos possibilitam a refrigeração e controle de umidade dos servidores reduzindo a possibilidade de pane por alta temperatura.

4.5 Digitalização de documentos

Foi realizada a digitalização de toda a documentação cadastral dos associados e, com isso, o processo de informação com outras áreas tornou-se mais eficiente. No período de agosto de 2016 até julho de 2017 foram disponibilizadas aproximadamente 321.000 imagens, obtendo o total de aproximadamente 3.000.000 imagens.

4.6 Expurgo de documentos

Foi realizado um trabalho de higienização dos documentos arquivados através da aplicação da Tabela de Temporalidade, digitalizando aqueles que são necessários e expurgando os demais. Com isso, houve a diminuição de caixas armazenadas nas empresas terceirizadas e, conseqüentemente, uma diminuição da despesa com esse serviço. No período de agosto de 2016 até julho de 2017 foi feita a baixa permanente de aproximadamente 4.000 caixas (box) obtendo uma redução anual da despesa com esse serviço de aproximadamente R\$20.000,00.



4.7 Centralização de arquivo de documentações em empresa no RJ

Foi iniciado o processo de transferência dos documentos arquivados em empresas de outros estados para uma única empresa no Rio de Janeiro. Tal providência iniciou-se em agosto de 2016, com todo o acervo que se encontrava armazenado em Recife (PE), que abrangia a documentação dos Escritórios Regionais de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Realizando essa centralização está sendo possível aplicar a Tabela de Temporalidade com mais eficiência e atender as demandas das áreas num menor espaço de tempo, uma vez que se trata de documentos administrativos, financeiros, assistenciais e previdenciais que necessitam ser consultados com grande frequência por diversas áreas da CAPESEP.







RELATÓRIO DE GESTÃO 2016 a 2017

AGOSTO/2016 A JULHO/2017 | 1º ANO



CAPESESP

www.capesesp.com.br



/capesespoficial
setembro | 2017